



Informativo Oficial

# SINDICATO RURAL

Campo Grande - Rochedo - Corguinho

Ano XXXV - Edição 447 - Agosto 2025

## PANTANAL *que produz e preserva*



PSA avança na região e reconhece o papel do produtor rural na conservação do bioma mais preservado do Brasil.

Uma análise sobre o Plano Safra

Conheça a história de Giulian Rios

Já ouviu falar na Apa do Ceroula?



## ÍNDICE

- 3** Mensagem do presidente
- 6** Conheça a trajetória do produtor Giulian Rios
- 8** Análise sobre o plano safra
- 10** Entrevista reforma tributária
- 12** De geração em geração
- 14** Do polo para o campo
- 15** PSA do Apa Guariroba
- 16** Edital PSA Pantanal
- 18** Conselho APA Ceroula
- 19** Folha de pagamento
- 20** Medicina do trabalho - CEST
- 21** Uma Análise comparativa com a recuperação extrajudicial



Rua Raul Pires Barbosa, nº 116  
Miguel Couto - Cep 79031-010  
Campo Grande/MS  
(67) 3341-2151 | 3341-2696  
srcg@srcg.com.br

### DIRETORIA - GESTÃO 2025/2028

Presidente - José Eduardo Duenhas Monreal  
1º Vice-presidente - Luiz Felipe Orro  
2º Vice-presidente - Eleiza Moraes Machado  
1º Secretário - Giulian Rios  
2º Secretário - Ronan Rinaldi Salgueiro  
1º Tesoureiro - Huang Jean Paul  
2º Tesoureiro - Alessandro O. Coelho

**Jornalista responsável:**  
DIEGO SILVA

**Jornalista:**  
MAYARA MARTINS

**Redação:**  
WESLEY ALEXANDRE

**Direção de Arte:**  
ALEXANDRE BUTKENICIUS

## NOVA LEI AMBIENTAL (PL 2.159/2021) NOVO HORIZONTE PARA O PRODUTOR RURAL BRASILEIRO

O campo brasileiro está prestes a viver uma transformação importante. O Congresso Nacional aprovou recentemente uma nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que aguarda agora a sanção da Presidência da República. Essa legislação representa um passo estratégico para a modernização da relação entre produção agropecuária e preservação ambiental e um equilíbrio que o produtor rural sul-mato-grossense já conhece bem, pois nós há muito tempo aliamos produtividade com responsabilidade.

Entre os principais avanços da nova lei estão a simplificação e a digitalização de processos de licenciamento ambiental, além da redução da burocracia para atividades de baixo impacto ambiental, como confinamentos, bebedouros, estradas vicinais e corredores de manejo. Medidas que vão permitir ao produtor maior agilidade, menos custos e mais segurança jurídica para expandir sua atividade dentro da legalidade.

Outro destaque é a descentralização de competências, que permitirá aos estados e municípios maior protagonismo no licenciamento, aproximando o poder público da realidade local e acelerando a análise de processos. Com isso, produtores de Campo Grande, Rochedo, Corguinho e de toda a região terão mais agilidade para investir, gerar empregos e produzir com eficiência.

Importante destacar que mais de 50 entidades representativas do setor agropecuário entre elas a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), OCB, Aprosoja, SRB, Famato, Famasul e diversas federações estaduais, e nosso Sindica-

to Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho, manifestaram apoio formal à sanção da nova lei. Nós reconhecemos que o texto aprovado é fruto de um amplo diálogo técnico e político, e que ele preserva os compromissos ambientais assumidos pelo Brasil sem travar quem produz com responsabilidade.

Além das melhorias regulatórias, o país também deve avançar na logística de escoamento da produção, especialmente aqui no Centro-Oeste. A nova legislação abre portas para acelerar obras de infraestrutura com ferrovias, hidrovias e a pavimentação de estradas vicinais e estaduais, sempre com estudos ambientais mais objetivos e prazos realistas. Para nós, que convivemos com os desafios de transportar a produção em estradas de terra ou com alto custo de frete, essa mudança trará impacto direto na competitividade do agropólio regional.

A união entre preservação ambiental responsável, logística eficiente e segurança jurídica é o caminho para o Brasil rural seguir sendo protagonista mundial na produção de alimentos, fibras e energia renovável.

O Sindicato Rural de Campo Grande continuará atento, vigilante e atuante junto aos poderes públicos, cobrando a regulamentação adequada da nova lei e defendendo os interesses dos nossos associados. Nosso compromisso é buscar que essa legislação seja sancionada sem vetos e se traduza de fato em menos entraves, mais produtividade e valorização de quem trabalha no campo.



*José Eduardo  
Duenhas Monreal*

Presidente do Sindicato Rural de  
Campo Grande, Rochedo e Corguinho

 SRCG



## TOYOTA RAMIRES CHEGA A CAMPO GRANDE TRAZENDO EXCELÊNCIA E INOVAÇÃO NO ATENDIMENTO AUTOMOTIVO

A Toyota Ramires, reconhecida pela modernidade e inovação em experiência no atendimento ao cliente, expande suas operações para além de São Paulo e inaugura sua primeira unidade em Campo Grande. Com mais de 50 anos de trajetória, a Ramires Motors construiu um legado de excelência e atendimento diferenciado, sendo premiada 14 vezes com nota máxima no prêmio “Dealer A”, que elege as 30 melhores concessionárias do país.

A Toyota Ramires chega à capital sul-mato-grossense com o slogan “Ramires é Puro-Sangue Toyota. A gente pulsa forte para você viver experiências memoráveis”, representando um novo patamar em experiência de compra e pós-venda, oferecendo tecnologia avançada, serviços especializados e uma estrutura inovadora que vai além da venda de veículos. “As perspectivas são as melhores possíveis, a região toda reconhece a qualidade da Toyota e são verdadeiros ‘toyoteiros’. Com uma concessionária puro-sangue Toyota, faremos de tudo para encantá-los a cada dia. Com certeza faremos diferente e os clientes vão se surpreender!”, afirma Vinícius Ramires, diretor geral da Ramires Motors.

O espaço, projetado para proporcionar uma experiência diferenciada, conta com ambientes interativos, como áreas fitness, espaço de relaxamento, auditório, cafeteria, coworking e salas de reunião, permitindo que o cliente vivencie a marca Toyota de maneira única. “Nosso objetivo é oferecer não apenas veículos e serviços, mas um espaço onde o cliente se sinta acolhido e possa interagir com a marca, independentemente de estar adquirindo um carro naquele momento”, explica Gabriella Ramires, representante da Toyota Ramires.

A escolha de Campo Grande como sede da nova unidade não foi por acaso. O grupo Ramires já tem forte presença no estado há mais de 50 anos no setor de florestas plantadas. “Mato Grosso do Sul sempre foi nossa segunda casa. Nosso sonho sempre foi poder oferecer aos clientes a experiência que oferecemos nas nossas outras unidades Toyota.” Ainda segundo Vinícius Ramires, a expansão da Toyota na região reforça esse vínculo estratégico e fortalece o mercado automotivo local, trazendo oportunidades de emprego e desenvolvimento econômico.

Além disso, a Toyota Ramires chega com diferenciais exclusivos, como o compromisso inabalável com a qualidade e a satisfação do cliente. “O que nos diferencia é o respeito pelo cliente de uma forma muito, mas muito ampla. Vai desde a qualidade dos produtos até a forma com que realizamos a manutenção, proporcionando uma cadeia de valor completa”, complementa Vinícius Ramires.

Para quem quer conhecer o empreendimento, a loja já está funcionando, oferecendo veículos novos e seminovos, além de serviços de reparo e manutenção. O público é convidado a conhecer o espaço e vivenciar a experiência de um atendimento puro-sangue Toyota.

### **Serviço:**

Endereço: Av. Min. João Arinos, 2630

Telefone/WhatsApp: (67) 4042-8885

Horário de funcionamento: De segunda à sexta-feira, das 07h30 às 17h30, e aos sábados, das 08h00 ao meio dia.

# ELEVE O SEU PADRÃO TOYOTA COM A RAMIRES!

EXPERIMENTE O NOVO!



**HILUX**

**COROLLA  
CROSS**

FAÇA UM TEST DRIVE NA RAMIRES, A SUA CONCESSIONÁRIA PURO-SANGUE TOYOTA

Av. Min. João Arinos, 2630 - Tiradentes, Campo Grande - MS, 79041-005

(67) 4042-8885



**Toyota**  
Ramires Campo Grande



Acesse e  
saiba mais

Saiba mais em [ramiresmotors.com.br](http://ramiresmotors.com.br) ou consulte condições na concessionária.

# PRODUTOR RURAL DE ROCHEDO (MS) APOSTA EM TECNOLOGIA E SUCESSÃO FAMILIAR PARA IMPULSIONAR A PECUÁRIA

**A História de Giulian Rios, o neto do mascate e a fazenda que virou referência em pecuária sustentável em Mato Grosso do Sul**

Ser pecuarista é mais do que criar gado. É uma vocação, um compromisso com a terra, com a alimentação da sociedade e com a preservação do meio ambiente. A história do produtor Giulian Rios, associado do Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho (SRCG), reflete exatamente isso: a mistura de tradição, resiliência e modernidade que move a pecuária brasileira.

Hoje à frente da Fazenda Bálsamo, em Rochedo (MS), Giulian carrega nas mãos o legado de seu avô materno, um homem simples que começou a vida como mascate, vendendo utensílios em um carro de boi. Naquela época, o comércio se fazia no escambo, utensílios eram trocados por gado, e o gado por terra. Assim nasceu a Fazenda Bálsamo, um patrimônio construído com muito esforço, suor e coragem.



“Meu avô foi a minha maior inspiração. Ele saiu do nada e construiu tudo com muito trabalho. Isso me motivou a seguir na pecuária e dar continuidade ao legado dele”, conta Giulian.

Mas o caminho não foi simples. Depois da separação dos pais, a fazenda passou por dificuldades, chegou a ser arrendada e correu risco de ser perdida. Giulian, ainda adolescente, não se conformava com aquela situação. Decidiu estudar e se prepa-



rar para retomar a gestão da propriedade da família. Em 2008, entrou para a faculdade de veterinária e, de lá para cá, não parou mais.

A Fazenda Bálamo hoje é referência na criação de bezerros de qualidade. O sistema é de cria, com venda de 100% dos machos na desmama e seleção rigorosa das fêmeas para reprodução. Giulian orgulha-se dos resultados. “Antigamente, desmamávamos bezerros com 180 quilos. Hoje, a média da nossa desmama é de 240 quilos. Quando o mercado está em baixa, a gente investe, prepara o terreno, porque a bonança sempre chega. Esse foi um dos maiores aprendizados que tive”.

Além da gestão produtiva, a fazenda é exemplo em bem-estar animal e sustentabilidade. O manejo é rotacionado, há piquete maternidade com manejo seguro e há integração lavoura-pecuária, onde a soja dá lugar ao pasto, respeitando os ciclos da terra. Todas as práticas seguem rigorosamente a legislação ambiental:

“O produtor é o maior interessado em preservar o meio ambiente. Aqui cumprimos os 20% de reserva legal e todas as normas de licenciamento e manejo consciente da terra.”

#### **Um modelo para outros produtores**

Sem nunca ter buscado reconhecimento, Giulian viu seu trabalho se tornar referência. Hoje, ministra palestras, participa de dias de campo e recebe produtores e técnicos de todo o Brasil para compartilhar as práticas da Fazenda Bálamo. Já deu entrevistas em rede nacional e se tornou um exemplo de jovem liderança no campo.

“A gente nunca trabalhou buscando aprovação, mas quando você faz as coisas certas, acaba se tornando modelo para outros produtores. Isso é motivo de orgulho”.

Giulian também defende a união da classe produtora. Associado do Sindicato Rural de Campo Grande, ele acredita no poder do coletivo. “Produtor sozinho não tem voz. É importante estar dentro das associações, como o sindicato, para poder negociar, se capacitar e fortalecer a classe. Sozinho, é difícil ir atrás dos nossos interesses. Juntos, somos mais fortes.”

Quando perguntado sobre o que significa ser pecuarista, Giulian resume com firmeza. “É estar à frente de um dos setores mais importantes da economia, produzindo um alimento nobre, sempre respeitando a terra e os animais. É ser resiliente, porque todo dia temos desafios, e corajoso, porque sabemos que o trabalho no campo não é fácil. Mas é uma vida que vale a pena”.





## MS SUSPENDE QUEIMA CONTROLADA ATÉ NOVEMBRO EM TODO O ESTADO E AMPLIA RESTRIÇÃO NO PANTANAL

O Governo de Mato Grosso do Sul publicou no Diário Oficial do Estado, a Resolução Conjunta SEMADESC/IMASUL nº 004/2025, que suspende a realização de queima controlada e queima prescrita (MIF) em todo o território estadual de 1º de agosto até 30 de novembro de 2025. No Bioma Pantanal, a restrição foi ampliada até 31 de dezembro, em razão da maior vulnerabilidade ambiental da região. A medida já havia sido anunciada após reunião do CICOE (Centro Integrado de Controle Estadual) realizada em 22 de julho como ação resposta ao agravamento das condições climáticas e ao aumento do risco de incêndios florestais no Estado.

A resolução é assinada pelo secretário Jaime Verruck, da Semadesc (Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação) e pelo diretor-presidente do Imasul (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul), André Borges, com base em parecer técnico do CEMTEC (Centro de Monitoramento do Tempo e do Clima), que apontou avanço da estiagem, sobretudo nos municípios da região norte do Estado e indicou alta probabilidade de fogo para o próximo trimestre. A previsão é de temperaturas máximas superiores a 30°C, umidade relativa do ar abaixo de 30% e chuvas abaixo da média histórica.

“Estamos vivendo o período de início de seca, com chuvas abaixo da média e temperaturas elevadas previstas para os próximos meses. Diante desse cenário, decidimos pela suspensão da queima controlada em todo o Estado”, afirmou o secretário Jaime Verruck na reunião do CICOE.

### Boi Bombeiro

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado incêndios devastadores em diferentes biomas, como Pantanal, Cerrado e Amazônia. Em resposta, uma técnica inovadora tem chamado a atenção: o “boi bombeiro”. A prática consiste em utilizar bovinos para consumir a matéria seca e altamente inflamável presente em pastagens nativas, reduzindo, assim, o risco de incêndios. Segundo Urbano Abreu, pesquisador da Embrapa Pantanal, essa estratégia oferece uma solução sustentável e eficaz no combate às queimadas.

“O termo ‘boi bombeiro’ não significa que os animais vão apagar incêndios, mas sim prevenir sua ocorrência ao consumir a matéria seca acumulada, que funciona como combustível para o fogo”, explica Abreu. O pesquisador destaca que uma vaca pantaneira de 350 kg pode consumir até 1.900 kg de matéria seca por ano, reduzindo significativamente o risco de grandes incêndios em áreas de pastagens nativas.

A técnica, amplamente utilizada em países como Estados Unidos, Portugal e Espanha, envolve um manejo rotacionado dos animais. Nos Estados Unidos, fazendas utilizam o pastejo rotacionado como uma ferramenta eficaz na prevenção de incêndios, enquanto, em Portugal e Espanha, cabras e cavalos são usados para controlar o acúmulo de matéria seca em áreas montanhosas propensas a incêndios.



**genial** | agro  
investimentos

**BOI GORDO | MILHO | SOJA | DÓLAR**

Proteção de preços no mercado futuro e de opções da B3 para garantir os melhores preços e se proteger das oscilações do mercado.



Conheça todos os benefícios de ser Genial Aggro e abra sua conta.

# REFORMA TRIBUTÁRIA: O QUE MUDA PARA O PRODUTOR RURAL?



Aprovada após décadas de discussões no Congresso, a reforma tributária promete transformar profundamente o sistema de impostos no Brasil. Para entender o que está por vir e como o agronegócio será impactado, o Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho, conversou com o advogado tributarista Dr. Roberto Oshiro. Na entrevista a seguir, ele esclarece os principais pontos da reforma, os riscos e oportunidades para o setor e orienta os produtores sobre como se preparar para as mudanças que já começaram a ser desenhadas.

## **De forma geral, como o senhor avalia a proposta aprovada? Quais os objetivos centrais?**

A reforma redesenha a tributação do consumo no Brasil para um modelo de IVA dual, com CBS (federal) e IBS (estadual/municipal), perseguindo três metas: simplificação, neutralidade econômica (não-cumulatividade plena) e equidade (tributação no destino e maior transparência da carga). Em tese, busca reduzir litigiosidade, custos de conformidade e distorções setoriais, preservando a arrecadação agregada. Contudo, na prática vai representar aumento da carga tributária para vários setores, criação de novos impostos como o seletivo, chamado de imposto do pecado e a incidência de CBS+IBS sobre transação sobre direitos como arrendamento e locação, por exemplo. Gera também maior complexidade e custos operacionais aos produtores, empresários e contadores durante os 7 anos do período de transição e dúvidas sobre a definição das alíquotas que podem ser distintas nos Estados e Municípios.

## **A reforma simplifica ou complica a vida do produtor rural? Principais impactos para o agro?**

Depende de um bom planejamento tributário. Pode simplificar no médio prazo: substitui cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS, Cofins) por dois (CBS/IBS) com regra única e não-cumulativa, reduzindo “imposto sobre imposto” e trazendo previsibilidade. No curto prazo, há ajuste: possível perda de regimes antigos, reprecificação de insumos (ainda que com descontos), e necessidade de adaptar sistemas e controles. Para mitigar, a lei prevê: (i) regime diferenciado para pequenos produtores (até R\$ 3,6 mi/ano), (ii) redução de 60% para insumos agropecuários e (iii) cesta básica zero/hortifrúti com alíquota zero. Esses pontos constam dos textos oficiais (EC 132/2023; LC 214/2025) e de guias de implementação.

Por outro lado, aumenta a complexidade ao impor novas exigências de escrituração e formalização contratual, como no caso de contratos de arrendamento que passa a ter regras próprias, exigindo procedimentos específicos ainda neste ano de 2025.

## **Haverá mudanças na emissão de notas e registros?**

Sim. A NF-e/NFC-e passa a ter campos específicos para IBS, CBS e IS; sem preenchimento correto, a partir de 5 de janeiro de 2026 as notas serão rejeitadas (após fase facultativa em 2025 e homologação em outubro/2025). Na prática, recomenda-se atualizar os sistemas ainda em 2025 e reforçar a escrituração digital.

## **Haverá compensação de imposto pago na cadeia, especialmente quando compro de pequeno produtor PF?**

Pelo menos em tese, é o que se espera. Quando o vendedor não for contribuinte do IBS/CBS

(p. ex., produtor até R\$ 3,6 mi/ano), o adquirente contribuinte terá crédito presumido, mas que será definido e calculado por percentual definido anualmente pela autoridade competente.

### **O produtor rural pessoa física terá de se formalizar (PJ) para não ter prejuízo?**

Obrigação legal automática, não. Até o limite de R\$ 3,6 mi/ano, o produtor PF não é contribuinte de IBS/CBS; o seu comprador aproveita crédito presumido. Contudo, há vantagem competitiva em se formalizar (CNPJ), porque a lógica do IVA potencializa créditos para PJs e compradores tendem a exigir maior conformidade e rastreabilidade. Diretrizes setoriais recentes corroboram o regime diferenciado dos pequenos produtores e seus efeitos.

### **O que muda de imediato e o que só entra em vigor depois?**

2025: análise e providências nos contratos de arrendamento, parceria, locação, cessão onerosa etc. e preenchimento facultativo dos campos IBS/CBS; 6/out/2025: validações em homologação; 5/jan/2026: validação obrigatória em produção para NF-e/NFC-e.

Operação do novo sistema: início gradual em 2026, com transição até 2033, quando os tributos antigos serão substituídos integralmente por IBS/CBS/IS.

### **A reforma pode gerar oportunidades para o agro?**

Sim, desde que haja um planejamento tributário adequado e preventivo:

- Crédito amplo e ressarcimento melhoram capital de giro e competitividade.
- Cesta básica zero e mecanismos de cashback devem sustentar demanda por alimentos.
- Exportações: suspensão de IBS/CBS para produtos in natura exportados dentro de 180 dias.
- Cooperativas: regimes específicos, inclusive crédito presumido em compras de cooperados não contribuintes e hipóteses de isenção nas operações internas.

### **Qual o papel das entidades representativas (sindicatos rurais etc.) na adaptação?**

É central e essencial: informar, capacitar, padronizar práticas (NF-e, escrituração), auxiliar no planejamento e acompanhar a regulamentação (Conselho Gestor do IBS, notas técnicas, atos infralegais), atuando de forma proativa e coordenada com produtores e cooperativas, investindo em relações governamentais e consultoria para reduzir os impactos negativos no setor e buscar melhorias para simplificar e aumentar os lucros dos seus associados.

### **Sua mensagem ao produtor apreensivo com a reforma?**

Preocupação é natural, mas informação, organização e planejamento fazem a diferença. Use 2025 para planejar, justar processos, simular cenários e capacitar a equipe — quem entender a lógica de créditos e os novos ritos pode transformar a mudança em vantagem competitiva.

## **TEM UMA IDEIA OU SUGESTÃO?**

**FALE COM A GENTE!**

### **O SRCG AGORA TEM UMA CAIXA DE SUGESTÕES ONLINE!**

PARTICIPE COM IDEIAS, CRÍTICAS CONSTRUTIVAS OU ELOGIOS.  
**SUA OPINIÃO AJUDA A CONSTRUIR UM SINDICATO MELHOR PARA TODOS.**



DE GERAÇÃO EM  
GERAÇÃO: UM  
LEGADO SEMEADO  
COM TRABALHO E  
AMOR PELO CAMPO

**Na Fazenda Mirante, em Terenos (MS), o produtor Gustavo Nunes celebra o privilégio de dividir a lida rural com o pai, Saladino Gonçalves Nunes**

No campo, o tempo tem outro ritmo. O que parece rotina é, na verdade, construção de história. Na Fazenda Mirante, em Terenos (MS), a tradição rural atravessa gerações e se renova todos os dias na convivência entre pai e filho. De um lado, Saladino Gonçalves Nunes, engenheiro agrônomo, referência no agro sul-mato-grossense e um dos primeiros funcionários da Embrapa. Do outro, os filhos: Gustavo Roberto Vieira Nunes, engenheiro eletricitista e produtor rural, e Leandro Augusto Vieira Nunes, médico ortopedista. Cada um à sua maneira, contribui para manter viva a missão da família com o campo.

A propriedade foi adquirida em 1962, mas a ligação da família com a terra é ainda mais antiga. “Tanto meus avós paternos quanto maternos tinham fazendas. O agro sempre esteve presente na nossa história”, conta Gustavo. Hoje, a Fazenda Mirante se divide entre pecuária (50%) e produção agrícola (50%), com arrendamento para soja e uso de pastagens de inverno em sistema de Integração Lavoura-Pecuária (ILP), refletindo o equilíbrio entre tradição e modernidade.





Mais do que uma parceria de gestão, a convivência diária entre pai e filho é marcada por afeto e aprendizado constante. “Trabalhar com meu pai é uma bênção. Poder desfrutar de sua companhia e aprender com ele no dia a dia é um privilégio que reconheço todos os dias”, afirma Gustavo. “Os maiores ensinamentos que recebi dele foram simples e profundos: trabalho duro, honestidade e persistência.”

Memórias no campo? “São inúmeras e continuam acontecendo diariamente. Cada dia ao lado dele é uma oportunidade de crescer.”

Para além do papel como pai e produtor, Saladino Gonçalves Nunes é reconhecido como um dos primeiros funcionários da Embrapa, criada em 1973. Quando o Brasil ainda buscava desenvolver tecnologia própria para sua agricultura tropical, Saladino fazia parte do grupo de profissionais que lançaram as bases do que seria uma das maiores potências em pesquisa agropecuária do mundo.

Esse pioneirismo não ficou restrito aos laboratórios. Ele levou a mentalidade inovadora para a vida prática no campo, tornando-se um exemplo de produtor atento às mudanças e aberto ao diálogo. “Tive sorte, porque meu pai sempre foi à frente do seu tempo e sabe ouvir. Isso torna nossa convivência na propriedade mais leve e produtiva”, relata Gustavo.

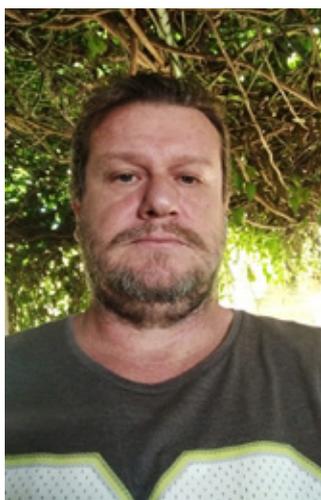
Gustavo não esconde a admiração por Saladino: “Ele é meu espelho. E não só como produtor rural, mas como homem, como ser humano. Levo comigo os valores que ele me transmitiu desde pequeno e tento aplicá-los todos os dias, na vida e na lida.”

A história de Saladino e Gustavo é, antes de tudo, uma história sobre o tempo. Sobre como plantar com paciência, cuidar com dedicação e colher com consciência. Em um Brasil que tanto fala sobre inovação e produtividade, a Fazenda Mirante lembra que nenhum avanço tecnológico substitui o que só a convivência familiar pode gerar: raízes profundas, valores duradouros e um futuro promissor, cultivado a duas mãos, de pai e filho.



# DO POLO PARA O CAMPO: HISTÓRIAS QUE TRANSFORMAM

## Elcio Luis Peres – Técnico em Zootecnia



“Eu estava gerenciando uma fazenda, mas nunca tinha tido experiência com pecuária. Por isso, senti a necessidade de aprender e busquei o curso com o objetivo de conhecer mais sobre criação de animais e formulação de rações.

Durante o quarto semestre, iniciei uma criação de tenébrios para o meu TCC. Conheci essa alternativa de produção com o professor Rodrigo, no terceiro semestre, e hoje já comercializo e amplio a criação, com planos de iniciar a produção de farinha de proteína a partir dos tenébrios.

Também me tornei ATeG pelo Senar, com base nos conhecimentos adquiridos no curso e na minha experiência anterior com apicultura. Se não fosse a formação técnica em Zootecnia, eu não teria tido preparo nem base para integrar a equipe de assistência técnica do Senar”.

No Polo de Educação Técnica do Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho, alunos encontraram no conhecimento técnico uma ferramenta de transformação. Três ex-alunos compartilham como a formação impactou suas vidas, impulsionando projetos, ideias e novas oportunidades no campo.

## Fernando Tsan Franco Duh – Técnico em Agrogócio

“O que me motivou a fazer o curso técnico em Agrogócio foi o desejo de aprofundar meus conhecimentos no setor, como complemento à minha graduação em Administração. Minha expectativa era entender mais sobre o agrogócio brasileiro, especialmente na bovinocultura de corte, área em que atuamos na fazenda da minha família.



Durante os dois anos de curso, aprendi muito, desde estratégias de gestão e comercialização até formas de diversificar sistemas produtivos. As visitas técnicas foram essenciais para ver na prática o que estudávamos em sala. Conhecer a realidade dos produtores e os desafios enfrentados no campo contribuiu muito para minha formação.

Hoje, aplico diariamente os aprendizados na gestão da fazenda: no controle financeiro, nas decisões produtivas e no manejo do gado. A formação no curso técnico foi fundamental para o meu crescimento e para o sucesso da nossa propriedade.”

CONCURSO  
SRCG  
CULTURAL

## A REVISTA É NOSSA. O NOME, PODE SER SEU.

Ajude a escolher o novo nome da revista do SRCG e concorra a prêmios incríveis:

1º LUGAR: R\$ 2.000,00

2º LUGAR: R\$ 1.000,00

3º LUGAR: R\$ 500,00

Envie sua sugestão:

31 DE AGOSTO DE 2025 PRAZO PRORROGADO

Envie para:

✉ [srcg@srcg.com.br](mailto:srcg@srcg.com.br) ☎ (67) 99624-3582

\* consulte regulamento em [www.srcg.com.br](http://www.srcg.com.br)



SRCG  
CAMPO GRANDE  
ROCHEDO  
CORGUINHO





## PRODUTORES DA BACIA DO GUARIROBA ALERTAM PARA RISCO AMBIENTAL COM FIM DOS REPASSES DO PSA

**ARCP denuncia paralisação dos pagamentos por serviços ambientais e cobra políticas duradouras para garantir a segurança hídrica de Campo Grande**

A Bacia do Guariroba, responsável por abastecer quase 50% da população de Campo Grande (MS) com água potável, está em alerta. Os repasses do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que remuneravam produtores rurais por práticas de conservação, foram interrompidos no início de 2025, gerando frustração, prejuízos financeiros e insegurança quanto à continuidade das ações de preservação.

Desde 2013, quando os primeiros contratos foram firmados dentro do Programa Manancial Vivo, 25 propriedades passaram a adotar medidas como a recuperação de nascentes, cercamento de áreas sensíveis e plantio de mudas nativas, protegendo o solo e os recursos hídricos da região. A iniciativa foi coordenada localmente pela Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Guariroba (ARCP), referência em ações ambientais no estado.

“O produtor rural precisa ser reconhecido como guardião da natureza. Quem cuida da nascente, protege a água e recupera o que foi degradado precisa de incentivo para continuar esse trabalho. O PSA é a forma mais justa de garantir isso”, destaca Claudinei Menezes Pecois, presidente da ARCP.

Com atuação concentrada na Área de Proteção Ambiental (APA) do Guariroba, a associação já coordenou a recuperação de mais de 114 hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs), utilizando técnicas como o plantio de mudas e o sistema de muvuca de sementes, que favorece a diversidade ecológica e a resiliência das áreas restauradas.

Apesar dos resultados expressivos, o PSA nunca alcançou todas as 79 propriedades da bacia, devido à limitação de orçamento. A Prefeitura de Campo Grande, responsável local pela execução do programa, priorizou sub-bacias mais críticas, deixando produtores de fora por falta de recursos públicos.

A situação se agravou com o encerramento dos repasses em 2025. Sem a remuneração pelos serviços ambientais prestados, os produtores enfrentam dificuldades para manter práticas de conservação, como o controle da erosão, a reposição de mudas e a manutenção de cercas em APPs.

“O programa acabou por falta de vontade política. É isso traz prejuízos reais para quem está no campo, comprometido com o cuidado ambiental”, lamenta Claudinei.

Além do impacto econômico, a interrupção do PSA coloca em risco a continuidade de ações que contribuem diretamente para a segurança hídrica da capital. Práticas como o plantio de mudas nativas e o manejo sustentável do solo podem ser suspensas, afetando a qualidade da água e o equilíbrio do ecossistema local.

Para garantir a retomada e a ampliação do programa, a ARCP defende a formação de parcerias com empresas que se beneficiam da água da bacia, como a concessionária Águas Guariroba, além do apoio de ONGs nacionais e internacionais.

“É impossível pensar em segurança hídrica para Campo Grande sem cuidar da APA do Guariroba e, principalmente, de quem vive e trabalha dentro dela. Nós estamos fazendo a nossa parte, mas precisamos de políticas públicas duradouras e mais investimentos”, afirma o presidente da ARCP.

A associação também é uma das fundadoras da Rede de Sementes do Cerrado – Flor do Cerrado, criada em parceria com o Instituto Taquari Vivo (ITV) e o WWF-Brasil, que fomenta a restauração ecológica e gera renda para produtores e coletoras da região.

O recado da ARCP é claro: sem PSA, a preservação corre riscos reais. E sem preservação, é o abastecimento de água que pode sofrer no futuro.



## PSA CONSERVAÇÃO: GOVERNO DE MS DESTINA R\$ 30 MILHÕES PARA PROPRIEDADES COM VEGETAÇÃO NATIVA EXCEDENTE NO PANTANAL

Com foco na conservação ambiental e no reconhecimento de boas práticas de preservação no Bioma Pantanal, a Semadesc (Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação) publicou no Diário Oficial do Estado, o Edital do PSA Conservação. A iniciativa do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, anunciada em março deste ano, no lançamento do Pacto Pantanal, vai selecionar propriedades rurais que mantenham vegetação nativa excedente, em áreas florestais, campestres ou de cerrado e estejam localizadas dentro dos limites do Pantanal, definidos pelo IBGE.

O subprograma integra o PSA Bioma Pantanal, com recursos do Fundo Clima Pantanal, e prevê até R\$ 30 milhões por ano em pagamentos por serviços ambientais prestados pelos proprietários rurais. Os pagamentos serão de R\$ 55,47 por hectare de vegetação nativa excedente, por ano, com limite de R\$ 100 mil por propriedade. O primeiro edital vai garantir pagamentos referentes aos anos de 2025 e 2026.

Além disso, propriedades com Autorização Ambiental de Supressão de Vegetação Nativa vigente que optarem pelo cancelamento terão direito a um pagamento adicional único, conforme a área remanescente: de 1 a 30 hecta-

res, a remuneração é de R\$ 15 mil; de 31 a 100 hectares, R\$ 30 mil; acima de 100 hectares, R\$ 30 mil, mais o valor proporcional por hectare. A adesão ao cancelamento é obrigatória para participação no PSA Conservação.

“Quem conserva tem que receber por essa iniciativa e isso foi uma premissa central na Lei do Bioma Pantanal, para que nós possamos garantir essa nossa biodiversidade que temos lá, além dos 83% de preservação do Bioma Pantanal”, ressaltou o governador Eduardo Riedel.

“É um momento importante para consolidarmos toda a política pública que nós desenvolvemos para o Pantanal Sul-Mato-Grossense. Esse é um projeto inédito. Nós vamos pagar, pela primeira vez, o principal ativo ambiental de nosso Estado. O Governo do Estado está oferecendo a possibilidade de ‘compra’ das licenças de supressão vegetal autorizadas pelo Imasul. Isso quer dizer que, aqueles produtores que já tiverem uma autorização de supressão e que desejam receber o pagamento de serviços ambientais, também poderão participar do edital. Com isso, as autorizações de supressão autorizadas para esses produtores, serão canceladas, para que eles possam receber o PSA. Esse é o Mato Grosso do Sul, caminhando na

manutenção dos 83% de preservação do Pantanal Sul-Mato-Grossense”, comentou o secretário Jaime Verruck, da Semadesc.

### Quem pode participar?

Podem se inscrever proprietários rurais com imóveis localizados integral ou parcialmente no Bioma Pantanal, desde que as áreas estejam cadastradas no CAR (Cadastro Ambiental Rural), não apresentem infrações ambientais ou embargos junto ao Ibama ou ao Imasul, e não realizem novas supressões de vegetação nativa a partir da publicação do edital. Também é necessário comprovar vínculo com a propriedade e regularidade fiscal, previdenciária, tributária, trabalhista e de contribuições de dívida ativa.

### Critérios de seleção

As propriedades serão classificadas em três grupos: o primeiro, composto por propriedades rurais que já possuem autorização vigente de supressão e têm interesse em cancelamento; o segundo, por aquelas propriedades que não possuem incentivos do Precoce MS e Carne Sustentável, com ocupação pecuária acima de 0,1 UA/hectare; e demais propriedades da re-

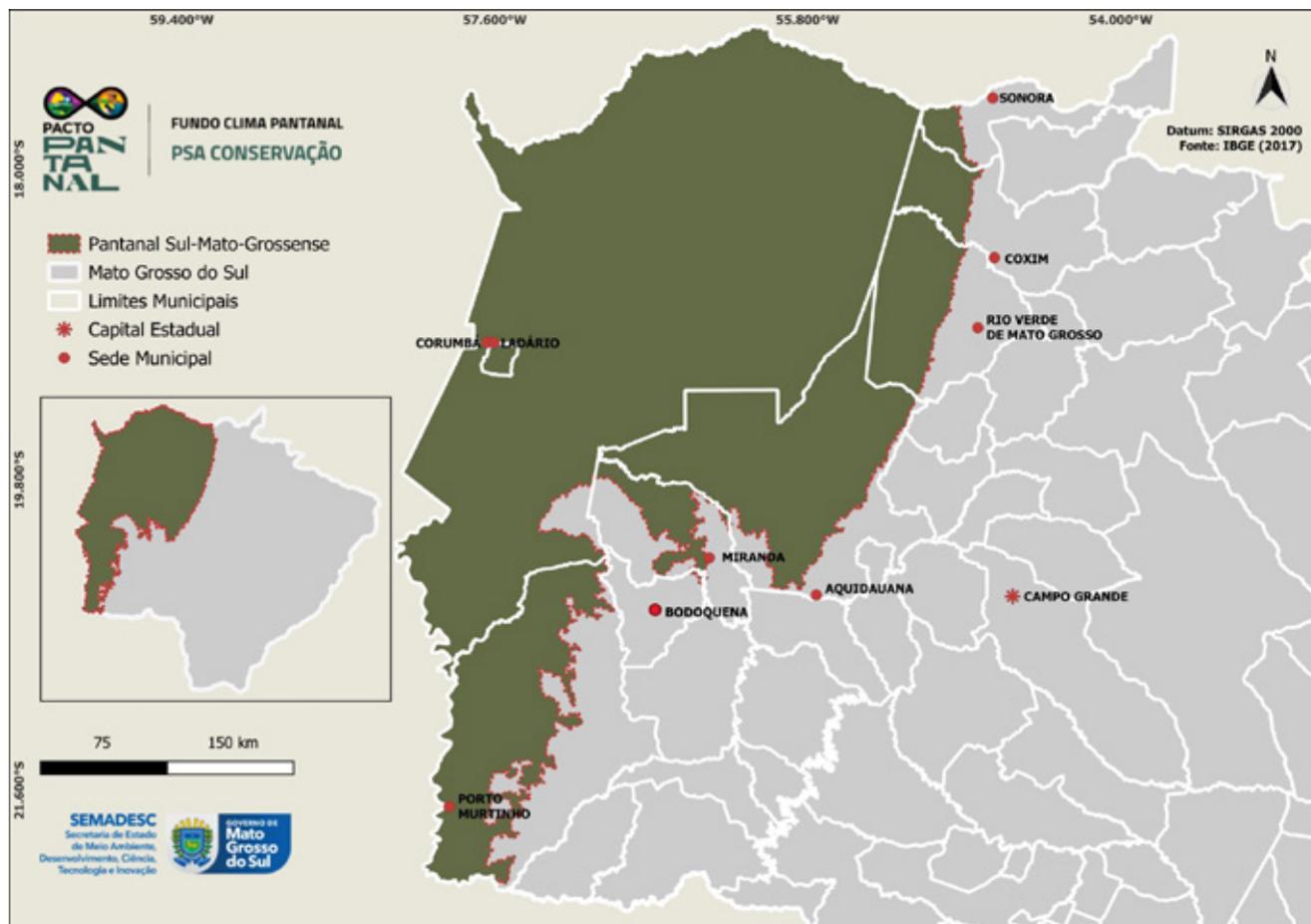
gião do Pantanal.

A pontuação final levará em conta a quantidade de vegetação nativa excedente, existência de Reserva Legal, sobreposição com corredores ecológicos, zonas de amortecimento e áreas prioritárias para conservação, além de medidas como servidão ambiental, RPPNs e ações de combate a incêndios.

### Inscrições

As inscrições estarão abertas a partir de 18 de julho de 2025, encerram em 20 de agosto e deverão ser feitas por meio da plataforma Editais Prosas. A Fundação Educacional para o Desenvolvimento Rural (FUNAR) é o agente-executor designado pela Semadesc, responsável por prestar apoio técnico aos produtores interessados.

A participação no PSA Conservação não impede o produtor de aderir a outros instrumentos econômicos, como programas privados de créditos de carbono ou ações de certificação ambiental voluntária. O pagamento por serviços ambientais também é isento de tributos federais, conforme a Lei nº 14.119/2021.



# SINDICATO RURAL DE CAMPO GRANDE FORTALECE PRESENÇA NO CONSELHO DA APA CEROULA

**Sindicato Rural de Campo Grande integra o colegiado que discute os rumos da produção e da conservação ambiental na região.**



A atuação do Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho (SRCG) tem ultrapassado os limites da área urbana da capital sul-mato-grossense e chegado cada vez mais perto dos produtores que estão no campo. Um exemplo disso é a presença da entidade no Conselho da Área de Proteção Ambiental (APA) do Ceroula, região que concentra diversas propriedades rurais de produção pecuária e agrícola, localizada a cerca de 20 quilômetros de Campo Grande.

Criada com o objetivo de preservar os recursos naturais da região e promover o uso sustentável do solo, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Ceroula, localizada no entorno de Campo Grande (MS), é gerida de forma compartilhada por meio de um conselho gestor. Esse colegiado reúne representantes de diferentes setores da sociedade — poder público, instituições de pesquisa, organizações ambientais, universidades e, claro, os produtores rurais da região.

O Sindicato Rural de Campo Grande (SRCG) é uma das entidades que compõem o conselho e tem atuado ativamente para representar os interesses dos produtores que vivem e trabalham dentro da unidade de conservação.

O Conselho Gestor da APA Ceroula tem como principais funções:

- Acompanhar e avaliar a implementação do plano de manejo da área;

- Discutir propostas de uso e ocupação do solo;

- Promover o desenvolvimento sustentável dentro da unidade de conservação;

- Mediar conflitos entre os diferentes usos e usuários da APA;

- Aproximar a gestão ambiental das comunidades locais.

Com reuniões periódicas, o conselho atua como instância consultiva e deliberativa, funcionando como um canal direto entre o poder público (por meio do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul — Imasul) e a sociedade civil.

A atuação do SRCG no colegiado tem garantido maior visibilidade às demandas locais, como regularização fundiária, acesso a crédito, licenciamento ambiental e assistência técnica. Além disso, o sindicato tem promovido capacitações, eventos e visitas técnicas na região, fortalecendo o compromisso com a sustentabilidade.

Com essa atuação, o Sindicato Rural de Campo Grande reforça sua missão de estar ao lado do produtor, não apenas no campo, mas também nas mesas de decisão que definem o presente e o futuro do setor.

# SINDICATO OFERECE FOLHA DE PAGAMENTO POR R\$ 40 PARA ASSOCIADOS

Com equipe especializada,  
serviço garante cálculo  
correto, emissão  
de contracheques  
e cumprimento das  
obrigações legais.



**Folha de pagamento por só**

**R\$ 40**

**SIM, É REAL!**

E é só para **associado** do Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho.

**SEJA SÓCIO!**

**SRCG**  
CAMPO GRANDE  
ROCHEDO  
CORGUINHO

Em meio a tantas tarefas que exigem atenção no dia a dia da propriedade rural, a gestão da folha de pagamento costuma ser uma das mais sensíveis. Além de demandar tempo e organização, qualquer erro pode resultar em prejuízos ou problemas legais para o produtor. Pensando nisso, o Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho - SRCG, oferece aos seus associados uma solução prática e acessível para lidar com essa demanda.

Por apenas R\$ 40,00 mensais, o associado tem acesso ao serviço de elaboração da folha de pagamento de seus funcionários com o suporte de uma equipe especializada. O valor simbólico não reflete apenas economia, mas sim a segurança de ter ao lado um time que entende das exigências legais do campo.

“Cuidar da folha de pagamento com apoio técnico é uma tranquilidade a mais para o produtor, que pode focar na produção sem se preocupar com detalhes burocráticos. Esse tipo de benefício mostra como o Sindicato está presente para apoiar de forma concreta a gestão das propriedades rurais”, afirma o presidente do SRCG, Eduardo Monreal.

Entre as vantagens, estão o cálculo correto dos encargos, emissão de contracheques, cumprimento das obrigações trabalhistas e um canal de suporte para dúvidas. Tudo isso com a praticidade de centralizar esse serviço junto à entidade que representa e conhece a realidade do setor.

Esse é apenas um dos muitos serviços oferecidos pelo Sindicato Rural aos produtores rurais da região. A proposta é justamente aliviar o peso da burocracia e fortalecer o dia a dia no campo.



## PARCERIA ENTRE SRCG E CEST GARANTE MEDICINA DO TRABALHO AOS ASSOCIADOS

Cumprir a legislação trabalhista e cuidar da saúde dos colaboradores do campo agora está mais fácil para os produtores associados ao Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho (SRCG). Uma nova parceria com o CEST Medicina do Trabalho oferece exames ocupacionais e orientações especializadas com exclusividade e praticidade, diretamente na sede do sindicato.

A iniciativa nasceu da convergência entre a demanda do setor e as normas previstas por lei. “Surgiu a partir de uma oportunidade criada pelos próprios normativos legais, e o CEST entra como suporte e assistência aos produtores associados ao SRCG”, explica Maria Cabral de Almeida, administradora e diretora administrativa do CEST.

O objetivo principal da parceria é claro: garantir que os empregadores do setor rural cumpram a legislação e, acima de tudo, promovam o cuidado com a saúde laboral de seus funcionários. Para isso, o CEST irá oferecer os principais serviços da área ocupacional: exames admissionais, demissionais, periódicos, de retorno ao trabalho e mudança de função, além de orientações específicas sobre a NR-35, norma que trata da segurança em trabalho em altura, realidade comum nas propriedades rurais.

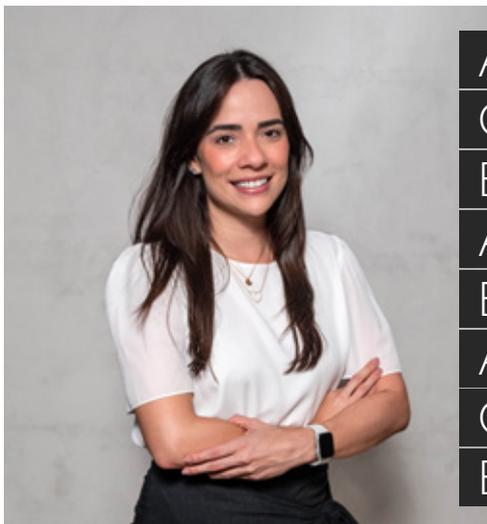
Os atendimentos serão realizados semanalmente na própria sede do Sindicato Ru-

ral em Campo Grande, facilitando o acesso para os associados e garantindo agilidade no processo. O controle e a gestão dos exames são feitos por meio do sistema Medsafe, que organiza e acompanha os atendimentos diários, semanais e mensais, além de gerar relatórios com os dados necessários para as empresas.

Segundo Maria, a parceria trará melhorias diretas para o controle da saúde ocupacional no campo. “Os trabalhadores rurais serão acompanhados com qualidade e cuidado, o que gera um impacto positivo não só para os funcionários, mas também para os empregadores, que ganham em profissionalização e regularização de suas atividades”, destaca.

O acompanhamento dos resultados será feito por meio de gráficos e indicadores disponibilizados pelo sistema interno do CEST. Esses dados oferecem uma visão clara do histórico e do estado de saúde dos colaboradores, ajudando os produtores a tomar decisões com mais responsabilidade e segurança.

Para a diretora do CEST, a importância da parceria vai além do cumprimento das exigências legais. “Trata-se de garantir que a saúde dos trabalhadores do setor rural seja respeitada e acompanhada com a seriedade que merece”, conclui.



## A RECUPERAÇÃO JUDICIAL COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA A REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM A RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

A Lei n.º 11.101/2005, recentemente alterada pela Lei n.º 14.112/2020, consolida-se como instrumento normativo de grande relevância no ordenamento jurídico pátrio, ao estabelecer mecanismos voltados à preservação da empresa, à manutenção da função social e à superação da crise econômico-financeira que compromete a atividade empresarial. Entre os institutos regulados pela norma, destacam-se a recuperação judicial e a recuperação extrajudicial, mecanismos que, embora com finalidades semelhantes, apresentam distinções substanciais quanto à sua natureza, tramitação e aplicabilidade prática.

A recuperação judicial possui caráter eminentemente jurisdicional. Trata-se de medida formal, processual e conduzida sob a supervisão direta do Poder Judiciário, com designação de um Administrador Judicial para auxiliar o juízo a fiscalizar, tudo isso condicionado ao preenchimento de requisitos legais objetivos, como o exercício regular da atividade empresarial por mais de dois anos e a ausência de falência decretada e não encerrada. Seu procedimento é complexo e envolve múltiplas fases: deferimento do processamento, apresentação de plano de recuperação, deliberação em assembleia geral de credores e homologação judicial. A condução formal desse processo proporciona segurança jurídica e transparência, mas demanda custos elevados, prazos dilatados e exposição pública maior, tendo em vista que muitos credores ainda entendem que tal processo não visa somente reestruturar a empresa.

Por outro lado, a recuperação extrajudicial, especialmente relevante no contexto do agronegócio e recentemente impulsionada pelas alterações legislativas de 2020, apresenta-se como via negocial mais célere, econômica e discreta. Nos termos do artigo 161 da Lei de Falências, esse mecanismo permite ao devedor negociar diretamente com seus credores, mediante plano que contemple a reorganização de dívidas e seja aprovado por no mínimo 50%

dos créditos de cada classe sujeita. Em especial, a regulamentação da reestruturação para o produtor rural pessoa física, mediante a comprovação de atividade por meio de Livro Caixa Digital ou Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, ampliou o alcance do instituto e fomentou sua utilização no setor agropecuário, onde a imprevisibilidade climática, a volatilidade de preços e a escassez de crédito frequentemente impõem a necessidade de renegociação estruturada dos passivos.

Entre as vantagens da recuperação extrajudicial, destacam-se: a agilidade processual, por se tratar de procedimento predominantemente negocial; a redução de custos com honorários periciais, publicações e despesas cartorárias; o menor impacto reputacional, haja vista sua menor publicidade; e a flexibilidade negocial, que permite o ajuste do plano às peculiaridades da atividade rural ou empresarial envolvida.

Em conclusão, embora ambos os mecanismos visem preservar a atividade econômica, a escolha entre a recuperação judicial e a extrajudicial deve ser pautada em critérios técnicos e estratégicos, levando-se em consideração o perfil do devedor, a natureza do passivo, a disposição dos credores à negociação e o grau de publicidade desejado. A atuação do advogado especializado, com domínio técnico da legislação falimentar e sensibilidade negocial, é essencial para a correta avaliação do cenário e a estruturação de soluções jurídicas adequadas, especialmente no setor do agronegócio, cuja dinâmica requer respostas céleres, eficazes e juridicamente sustentáveis.

Kamila Marques Pessoa - OAB/SP 450.808

Sócia do escritório Coelho, Pimentel & Sabala Advocacia

Especialista em Falência e Recuperação Judicial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP)

# AGENDA DE CURSOS

04/08 a 05/08

Operação de Aeronave Remotamente Pilotada (Drone) – Módulo I

04/08 a 07/08

Corte e Costura Básico

05/08 a 06/08

Fundamentos da Utilização de Drones como Tecnologia de Precisão no Agronegócio – Módulo II

05/08 a 07/08

Conserva de Frutas

05/08 a 08/08

Análise e Classificação de Grãos (Soja e Milho)

06/08 a 06/08

Programa Negócio Certo Rural – 1º Encontro

13/08 a 13/08

Programa Negócio Certo Rural – 2º Encontro

13/08 a 14/08

Operação de Aeronave Remotamente Pilotada (Drone) – Módulo I

14/08 a 16/08

Operação e Manutenção de Motosserra

18/08 a 19/08

Floricultura – Cactos, Suculentas e Rosas do Deserto

19/08 a 21/08

Produção de Pães e Salgados

20/08 a 20/08

Programa Negócio Certo Rural – 3º Encontro

21/08 a 25/08

Montagem e Manutenção de Computadores

27/08 a 27/08

Programa Negócio Certo Rural – 1ª Consultoria (Sala)

27/08 a 28/08

Fundamentos da Utilização de Drones como Tecnologia de Precisão no Agronegócio – Módulo II

28/08 a 29/08

Criação e Manejo de Abelhas Nativas sem Ferrão – Básico

29/08 a 30/08

Fundamentos da Utilização de Drones como Tecnologia de Precisão no Agronegócio – Módulo II

# **ANIVERSARIANTES DO MÊS**

**Agosto**

**ADAIL JOSE CHIQUITO  
AFIF QUEDER  
AGRO PECUARIA LUFT LTDA  
ALINE ALMEIDA DA MOTTA  
ANTONIO DE MORAES RIBEIRO NETO  
ATALIBIO NUNES DE OLIVEIRA E ESPOSA  
CARLA BUSATO ZANDAVALLI E OUTRA  
CLAUDIO AFONSO DIAS DA MOTTA  
EDILSON TOLENTINO  
EDVALDO MENDES PEREIRA  
ELIZA YULE  
ELZE KATZEMVADEL MOROZ  
EMILSON JOSE TOLENTINO  
EUCLIDES DAMIANI PEDRINOLA  
FRANCISCO JOSE DE CARVALHO NETO  
GERALDO MAJELLA PINHEIRO  
JOAO CARLOS ZANONI  
JORGE LUIZ ARGUELLO  
JORGE LUIZ SOUZA DA FONSECA  
JOSE LEMOS MONTEIRO  
JULIANA MENDES DE CAMPOS  
LUIZ FELIPE ORRO (AGROPECUARIA ORRO)  
MARIA DE OLIVEIRA SANT'ANNA  
MARIA NADIR BARBOSA SANTOS COELHO  
NATANAEL RIBEIRO CINTRA  
NATHALYA RAMOS DELMONDES DOS SANTOS  
RODOLFO VAZ DE CARVALHO  
ROQUE FACHINI FILHO  
THAISSA DA SILVA ARRUDA  
VICTOR HUGO ARCE DITTMAR DE SOUZA  
VITOR MANOEL ROCHINHA GASPAR  
WALDEMAR PEREIRA DE MENEZES  
WILSON FERREIRA ROCHA**



ANUNCIE E  
SEJA VISTO!

LIGUE

(67) 3341-2151

CLASSIFICADOS

Carlos Salles dos Santos (casado e com 2 filhos) - (18) 99676-3914 / Procura vaga de emprego para serviços gerais, caseiro, jardinagem ou campeiro

Jucelino Mareco Dias (casado e com uma filha) - (67) 99100-3310 / (67) 99896-1173 / O casal procura vaga de emprego para caseiro

Rafael Nogueira Gonçalves de Almeida (casado e com 3 filhos) - (67) 99244-6491 / (67) 99891-5926 / Procura vaga de emprego para caseiro ou serviço gerais em chácara ou fazenda. A esposa irá acompanhar e também procura emprego

Zilvan Pereira Luna (solteiro e sem filhos) - (67) 99681-3800 / Procura vaga de emprego para auxiliar de veterinário

Jairso de Vasconcellos (solteiro) - (67) 99255-0574 / Procura vaga de emprego para tratorista. Tem experiência na carteira e referências

Marcelo Carrilho Oliveira Lima (casado e sem filhos que acompanham) - (67) 99645-3403 / Procura vaga de emprego para administrador de agropecuária

Anderson da Silva (solteiro) - (67) 99968-3187 / Procura vaga de emprego para campeiro ou capataz

Erike Antônio Gonçalves Coene (casado e sem filhos) - (67) 99607-9721 / Procura vaga de emprego para operador de máquinas, motorista. Tem mais de 10 anos de experiência na área. A mulher também procura emprego como cozinheira ou ajudante de cozinha

Nicolli da S. Souza (casada e sem filhos) - (67) 99134-6504 / Procura vaga de emprego para analista de recursos humanos

Eber Malheiro Nunes (casado e tem 2 filhos) - (67) 99917-3294 / Procura vaga de emprego para capataz. A mulher também procura emprego, tem experiência com cozinha e organização de sede

Magner Machado de Almeida (casado e com filhos) - (67) 99273-2231 / Procura vaga de emprego para gestor, assistente administrativo ou compras

ACESSE  
O SITE

SINDICATO RURAL  
DE CAMPO GRANDE,  
ROCHEDO E CORGUINHO



 **SRCG**  
CAMPO GRANDE  
ROCHEDO  
CORGUINHO

ACESSE  
WWW.SRCG.COM.BR

SIGA-NOS @ SINDICATORURALCG